

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 178/2020 QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA PARA O EXERCÍCIO DE 2021.** Aos 09 (nove) dias do mês de novembro de 2020 (dois mil e vinte), às 18 horas, no Plenário da Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública para discussão do PLO nº 178/2020, que estima a receita e fixa a despesa do município da Estância Turística de Ibitinga para o Exercício de 2021. A presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade informou que devido a situação de calamidade pública e quarentena em combate ao Covid-19, instituída pelo Estado e Município, bem como as regras do período eleitoral a Audiência Pública a presença público foi reduzida e a participação da população é através do e-mail [informacao@camaraibitinga.sp.gov.br](mailto:informacao@camaraibitinga.sp.gov.br). Estavam presentes, as seguintes autoridades: os membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Alliny Fernanda Sartori Padalino Rogério (Presidente), Antonio Esmael Alves de Mira (Vice-Presidente) e Leopoldo Gabriel Benetacio de Oliveira (Secretário), José Aparecido da Rocha (Presidente da Casa), Tiago Piotto (Vereador), Raphael Guilherme Araujo Torrezan (Secretário Municipal de Governo). Esses foram registrados no Livro de Registro de Presença em Eventos da Câmara Municipal. A Presidente Alliny informou que a audiência está sendo gravada e que será lavrada ata pela Comissão. Informou ainda que a mesma terá a duração máxima de duas horas, devendo ser prorrogada, se necessário. Na sequência, dispensou a leitura do projeto, passando a palavra ao Secretário Raphael para explanação do projeto. Este relatou o orçamento para 2021, conforme exposto no projeto, dizendo que tem sido um desafio grande a elaboração desse orçamento, devido a pandemia e que tem diversos questionamentos e dúvidas de como vai ser a situação financeira do exercício de 2021. A estimativa de R\$ 189.576.561,38 é uma expectativa para 2021, sendo incorporada questões de natureza extra orçamentária. Repasse para Santa Casa, que foi estabelecido, que antes tinha como valor extra orçamentária, acabou sendo incorporado como orçamentário para 2021, estando dentro da unidade orçamentária da Secretaria de Governo, responsável pelos repasses de acordo com o Governo Estadual, sendo quase cinco milhões a mais. O resto foi ajuste da inflação. Apesar de todas as recomendações para reproduzir o orçamento, um pequeno reajuste ocorreu devido a inflação estar disparada nos últimos meses, um reajuste de 7,8% da inflação para o orçamento de 2021, para não ficar numa situação orçamentária travada. Se houver uma frustração de receita, como ocorreu no ano de 2020, terá que se fazer uma limitação de empenho como previsto na LDO. Este orçamento de R\$ 189.576,561,38, conforme já dito, foram reproduzidas de acordo com orçamento de 2020, porque em 2021 teremos limitações pela Lei Complementar 173/2020, em relação ao reajuste de funcionários e servidores por causa do auxílio da pandemia. Vale frisar que essa é uma Lei Federal que foi imposta para todos os Estados e Municípios brasileiros, proibindo despesas de caráter continuado, bem como fazer novas contratações. O acréscimo da inflação foi acrescentado porque alguns contratos acabam sendo reajustados de acordo com a inflação, por isso, segue-se recomendações em consultoria ao Tribunal de Contas, Secretaria do Tesouro Nacional e outros órgãos. Parabenizou os Vereadores pela iniciativa, principalmente a Comissão de Orçamento, em relação às emendas impositivas, um avanço importante, sendo o valor aproximadamente R\$ 1.950.000,00 dividindo entre todos, sendo destinado metade para saúde e a outra metade para o que julgarem pertinente. Ficou à disposição, pois as emendas impositivas detêm alguns regramentos, e pode ocorrer a inviabilidade técnica da execução. O Vereador Leopoldo indagou ao Secretário se os contratos suspensos este ano por conta da pandemia, estão sendo contados no orçamento previsto para o ano que vem, sendo respondido que sim, inclusive o aumento de percentual é para cobrir os reajustes previstos nestes contratos. O Vereador Leopoldo indagou do Secretário se mesmo estando no orçamento e com previsão de reajuste inflacionário, ele será usado se necessário, sendo respondido que sim, mas que não haverá grandes mudanças por conta da Lei Complementar

173/2020, mas tem que se preparar para que toda a estrutura se mantenha e que alguns eventos e alguns avanços consigam ser realizados a partir disso. A previsão da inflação no orçamento para que este reajuste nos contratos sejam os que venham a ser prorrogados, novos ou afins, com processo licitatório normal em contratos que estão vencendo vão precisar ser licitado novamente, por isso vão ter seus preços reajustados. O Vereador Leopoldo indagou do Secretário sobre a queda de arrecadação que começou no início da pandemia e depois veio o recurso do Governo Federal que ajudou a equilibrar o orçamento, sendo respondido que este ano foram duas quedas de arrecadação, a primeira antes da pandemia por conta da crise econômica, mas pelas ações rápidas deu tudo certo e com relação a pandemia, por um tempo acabou por diminuir a arrecadação naturalmente, mas o Governo Federal teve a iniciativa de corrigir nominalmente o FPM, assim o município teve o recurso oriundo da Lei Complementar 173/2020, que foi de R\$ 6.589.000,00, para uma recomposição da receita que tinha caído. Esta recomposição recuperou a economia, indicando que teremos um acréscimo mínimo da economia para 2021. Assim, o orçamento previsto para o ano que vem está de acordo, porque também houve trabalho muito forte nos exercícios anteriores de ajustes fiscais de contenção de despesas e tudo mais que permitiu ter uma solvência maior neste ano e que a Prefeitura Municipal não foi abalada pela crise econômica. Em 2021 trabalharemos com essa perspectiva para que o município possa continuar normalmente tendo uma saúde financeira boa. Neste momento a Presidente Vereadora Alliny registrou a presença do Secretário Municipal de Planejamento, Eduardo Seino. O Vereador José Rocha questionou o Secretário de Governo sobre os gastos cortados pela Lei Complementar 173/2020, atingindo o funcionalismo público, indagando se em 2021 voltará ao normal ou não, sendo respondido que isso não afetará nem a composição de hora extra, nem a contratação das empresas prestadoras de serviços do vale alimentação, e nem o plano de saúde do funcionalismo. A Lei Complementar 173/2020 não permite a contratação de servidor público concursado em qualquer órgão público, só no caso de vacância poderá contratar outro. O Vereador Tiago solicitou do Secretário o esclarecimento de novas contratações, apenas para repor vagas que ficaram vacantes com a saída de funcionários, sendo confirmado pelo Secretário que relatou inclusive a prorrogação da validade dos concursos em aberto para convocar em caso de vacância. O Vereador Tiago indagou do Secretário de Governo que em 2017 houve uma discussão sobre o aumento da receita destinada a FEMIB, se isto vem ocorrendo de lá para cá, sendo respondido pelo Secretário que existem alguns processos internos que eles fazem arrecadação de receitas e arrecadam pequenas taxas, com cessão do uso do espaço, xerox, cantina, não sabendo como ficou a natureza desta receita. O Vereador Tiago indagou do Secretário de Governo que em 2018 o valor era grande e até houve uma discussão, inclusive foi retirado valor para utilizar em alguma outra pasta, sendo respondido que 2018, 2019 e 2020 o repasse foi de R\$ 3.300.000,00, inclusive 2018 a FEMIB devolveu parte desta dotação para a Prefeitura. A Presidente Vereadora Alliny comentou sobre as emendas apresentadas pelos Vereadores, relatando que foi interessante o olhar que cada um foi tendo ao longo destes anos e agora em 2020, oferecem a população o que acredita ser o que precisava ser mudado, sendo as mesmas uma autonomia para esta Legislatura, um legado deixado para as próximas a incorporação das emendas impositivas na Lei Orgânica do Município, sendo fundamental para a democracia, a independência harmônica dos Poderes. Falou da importância do trabalho coletivo, sendo que todos os Vereadores apresentaram as emendas impositivas. O Presidente da Câmara, Vereador José Rocha, indagou ao Secretário de Governo sobre o recurso a FEMIB, de três milhões e trezentos mil, se foi feito uma devolução de ficha ou orçamento, sendo respondido pelo Secretário que a devolução foi de orçamento, não de financeiro. O Presidente da Câmara, Vereador José Rocha indagou ao Vereador Tiago sobre as necessidades que vêm passando o prédio da FEMIB, sendo respondido que a mesma está aproveitando que não estão usando o prédio e realizaram manutenção do forro do telhado,

